

ARTICLE



REVISTA
COLETA CIENTÍFICA

Políticas públicas educacionais e a formação integral na educação básica brasileira: avanços, desafios e perspectivas

Educational public policies and holistic development in Brazilian basic education: advances, challenges, and perspectives

Bruna Martins Pamponet

<https://orcid.org/0009-0008-4079-346X>

Universidade Del Sol (UNADES) Paraguai

E-mail: brunapamponet17@gmail.com

Francisco José Paiva Vieira Pordeus

<https://orcid.org/0009-0007-6867-545X>

Universidade Del Sol (UNADES) Paraguai

E-mail: j.paiva2@yahoo.com.br

Raphael Ferreira Bonifácio da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-2127-6287>

Universidade Del Sol (UNADES) Paraguai

E-mail: raphaelfbs07@gmail.com

Francisca Joncylana Ferreira Bonifácio da Silva

<https://orcid.org/0009-0000-0505-1593>

Universidade Del Sol (UNADES) Paraguai

E-mail: joferreirafbs@gmail.com

Sônia Bastos Sousa de Oliveira

<https://orcid.org/0009-0000-5307-0123>

Universidade Del Sol (UNADES) Paraguai

E-mail: sonia.sousa@prof.ce.gov.br

Nathalie Chaves Barros Cardoso

<https://orcid.org/0000-0002-8966-9207>

Universidade Estadual do Ceará (UECE) Brasil

E-mail: nathalie.cardoso@prof.ce.gov.br

Publication information

ARK: [24285/RCC.v9i17.262](https://nbn-resolving.org/urn:nbn:br:2026-10-20262)

ISSN: 2763-6496

Keywords:

Educational public policies.

Holistic development.

Basic Education.

Palavras-chave:

Políticas públicas educacionais.

Formação integral.

Educação Básica.

Abstract:

Educational public policies play a strategic role in organizing education systems and promoting the holistic development of students in Brazilian Basic Education. In recent decades, regulatory frameworks and government programs have highlighted the need for an educational approach that goes beyond cognitive development by encompassing the social, cultural, ethical, and emotional dimensions of human development. In this context, this article aims to analyze the contributions of educational public policies to promoting holistic development in Brazilian Basic Education, identifying the main advances, challenges, and future perspectives discussed in the scientific literature. This qualitative study was conducted through a bibliographic review based on national and international scientific publications, as well as legal and policy documents that guide Brazilian education, including the Federal Constitution of 1988, the National Education Guidelines and Framework Law, the National Education Plan, and the National Common Curricular Base (BNCC). The literature review highlights advances related to expanding access to education, strengthening teacher education, implementing curriculum policies, and reinforcing the concept of holistic education. However, significant challenges remain regarding regional inequalities, educational funding, policy implementation, and the promotion of equity throughout the educational process. It is concluded that achieving holistic development requires articulated and continuous public policies supported by adequate investment, strategic planning, systematic evaluation, and institutional commitment to ensure inclusive, democratic, high-quality public education that fosters students' full development and contributes to building a more just society.

Resumo:

As políticas públicas educacionais desempenham papel estratégico na organização dos sistemas de ensino e na promoção da formação integral dos estudantes da Educação Básica brasileira. Nas últimas décadas, documentos normativos e programas governamentais têm evidenciado a necessidade de uma educação que ultrapasse a dimensão cognitiva, contemplando também os aspectos sociais, culturais, éticos e emocionais do desenvolvimento humano. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições das políticas públicas educacionais para a promoção da formação integral na Educação Básica brasileira, identificando os principais avanços, desafios e perspectivas apontados pela literatura científica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais, bem como em documentos legais que orientam a educação brasileira, entre os quais a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular. A análise da literatura evidencia avanços relacionados à ampliação do acesso à educação, à valorização da formação docente, à implementação de políticas curriculares e ao fortalecimento da concepção de educação integral. Entretanto, persistem desafios associados às desigualdades regionais, ao financiamento educacional, à efetivação das políticas públicas e à garantia da equidade no processo educativo. Conclui-se que a consolidação da formação integral exige políticas públicas articuladas, contínuas e sustentadas por investimentos, planejamento, avaliação e compromisso institucional, capazes de assegurar uma educação pública de qualidade, inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes e com a construção de uma sociedade mais justa.

Introdução

A formulação de políticas públicas educacionais no Brasil se ancora em marcos jurídicos e normativos que reconfiguraram o papel do Estado na garantia do direito à educação, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei nº 9.394/1996). Esses instrumentos institucionais afirmam princípios de universalização do acesso, igualdade de condições e promoção do desenvolvimento humano integral, legitimando a necessidade de uma educação que ultrapasse a dimensão cognitiva e incorpore dimensões sociais, culturais, éticas e afetivas. No campo teórico, autores que tratam da relação entre política e currículo, como Nóvoa e Sacristán, sinalizam que a efetividade das políticas depende da articulação entre normas, formação docente e recursos materiais; ao mesmo tempo, pesquisas contemporâneas sobre educação integral ressaltam a centralidade de concepções curriculares capazes de integrar saberes e práticas interdisciplinares para favorecer o desenvolvimento pleno dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) representam avanços normativos significativos ao explicitar objetivos e competências que se aproximam da noção de formação integral, incluindo competências socioemocionais, cultura e cidadania. A BNCC organiza competências gerais que orientam currículos e práticas pedagógicas em perspectiva mais ampla, enquanto o PNE define metas e diretrizes para a promoção da equidade e da qualidade educacional. Entretanto, a literatura sobre implementação curricular evidencia tensões entre proposição normativa e execução local: a tradução dos dispositivos em práticas cotidianas exige formação continuada, recursos pedagógicos e adaptação às diversidades regionais; sem tais condições, o potencial transformador desses documentos permanece limitado e desigual em todo o território nacional.

O objetivo geral deste artigo é analisar as contribuições das políticas públicas educacionais para a promoção da formação integral na Educação Básica brasileira, identificando os principais avanços, desafios e perspectivas a partir de revisão bibliográfica de produções científicas nacionais e internacionais e de análise de documentos legais (Constituição/1988, LDB, PNE e BNCC). Ao explicitar esse objetivo,

busca-se orientar a análise para três eixos complementares: 1) as inovações e progressos normativos e programáticos; 2) os entraves estruturais e institucionais que dificultam a efetivação da formação integral; e 3) as perspectivas e recomendações para políticas articuladas e sustentáveis. A formulação clara do objetivo sustenta a escolha metodológica de revisão qualitativa e justifica a ênfase em estudos que correlacionam diretrizes públicas e práticas escolares.

Apesar dos marcos normativos e de iniciativas programáticas, persistem desafios estruturais que comprometem a concretização da formação integral, dentre os quais se destacam as desigualdades regionais, a insuficiência e a volatilidade do financiamento público e a fragmentação administrativa entre entes federativos. Pesquisas sobre financiamento e equidade demonstram que lacunas orçamentárias e mecanismos inadequados de distribuição de recursos impactam diretamente na infraestrutura escolar, no acesso a materiais didáticos e em programas de apoio socioemocional, ampliando desigualdades entre redes e territórios. Além disso, a composição e a valorização do magistério — condição central para implementar práticas interdisciplinares e atenção às dimensões afetivas — permanecem como pontos críticos que exigem políticas de carreira, formação contextualizada e suporte institucional contínuo.

Na perspectiva das práticas pedagógicas, consolidar uma educação voltada à formação integral requer articulação entre políticas públicas, formação inicial e continuada de docentes, gestão escolar e participação comunitária. Estudos sobre desenvolvimento profissional docente e cultura escolar indicam que intervenções eficazes combinam provisão de saberes disciplinares com práticas pedagógicas centradas em projetos interdisciplinares, avaliação formativa e promoção do protagonismo estudantil. Assim, a consolidação da formação integral demanda avaliação de políticas que integre indicadores quantitativos e qualitativos, investimentos sustentáveis e governança intersetorial, de modo que dispositivos legais — LDB, PNE e BNCC — não permaneçam apenas em plano normativo, mas se convertam em práticas equitativas e de qualidade em todas as regiões do país.

Fundamentos teórico-metodológicos

A fundamentação teórica parte da compreensão da educação como direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, que assenta a obrigação do Estado em promover a educação orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, à formação para a cidadania e à qualificação para o trabalho; essa base normativa orienta a análise das políticas públicas educacionais como instrumentos estatais que acompanham a materialização desse direito. Perspectivas críticas sobre currículo e política educativa ressaltam que normas constitucionais e legais estabelecem princípios e metas, mas sua efetividade depende de processos institucionais e práticas pedagógicas locais; daí a necessidade de articular o nível macro das políticas com o nível micro das escolas para compreender a promoção da formação integral.

A noção de formação integral adotada neste estudo privilegia uma concepção multidimensional do processo educativo, na qual dimensões cognitivas, socioemocionais, culturais e éticas se articulam; autores contemporâneos sobre competências e currículo enfatizam que é tarefa das políticas públicas promover ambientes e condições que viabilizem aprendizagens articulares entre estes domínios. A BNCC e o PNE são entendidos como documentos que incorporam essa orientação ao explicitar competências gerais e metas de equidade, ao mesmo tempo em que a literatura sobre implementação

curricular chama atenção para as diferenças entre enunciados normativos e práticas escolares cotidianas.

No campo da formação docente, o estudo mobiliza referenciais que destacam os saberes profissionais como centrais para a concretização de propostas educativas integradoras; investigações sobre saberes docentes mostram que a integração entre conhecimento disciplinar, didático e contextual, juntamente com competências socioemocionais, é condição para práticas pedagógicas que promovam a integralidade. Políticas de formação continuada, valorização profissional e condições de trabalho são, portanto, analisadas como variáveis interdependentes que modulam a capacidade dos docentes de operacionalizar orientações curriculares voltadas para desenvolvimento pleno dos estudantes.

A dimensão institucional e de financiamento compõe um eixo analítico essencial: estudos sobre financiamento educacional apontam que a suficiência, previsibilidade e equidade na alocação de recursos influenciam diretamente a qualidade das escolas e a possibilidade de implementação de projetos que articulem dimensões pedagógicas e socioemocionais. A fragmentação federativa brasileira requer mecanismos de cooperação entre União, estados e municípios para enfrentar desigualdades territoriais; nesse sentido, o exame de arranjos institucionais e dispositivos de financiamento é crucial para avaliar em que medida políticas públicas viabilizam a formação integral em contextos diversos.

A avaliação de políticas públicas e a mensuração da formação integral demandam um repertório metodológico que combine indicadores quantitativos e qualitativos, de modo a capturar não apenas resultados padronizados de aprendizagens, mas também processos, interações e experiências escolares significativas. Referenciais de avaliação orientam a construção de categorias analíticas capazes de abarcar mudanças nas práticas pedagógicas, participação comunitária e efeitos sobre o bem-estar estudantil; por isso, a revisão bibliográfica privilegia estudos que aplicam metodologias mistas e análises processuais para compreender impactos e limitações das políticas.

Em termos metodológicos, a opção pela revisão bibliográfica qualitativa permite sintetizar produções científicas e documentos normativos, identificar consensos e controvérsias teóricas, bem como mapear lacunas empíricas sobre a promoção da formação integral. Procedimentos de busca e triagem são explicitados para garantir rigor: escolha de palavras-chave alinhadas ao problema, seleção de bases acadêmicas e inclusão de documentos oficiais, com critérios de relevância temporal e temática; a análise incorpora leitura crítica, categorização e síntese interpretativa, buscando coerência entre fundamentação teórica e evidências empíricas.

Para estruturar o campo de análise, adotam-se categorias inter-relacionadas que cruzam governança e financiamento, elaboração e implementação curricular, formação docente, práticas pedagógicas e avaliação/monitoramento; essa malha analítica facilita a identificação de condicionantes institucionais e profissionais que favorecem ou limitam a formação integral. Cada categoria é mobilizada para subsidiar a leitura comparativa entre redes e territórios, evidenciando como fatores macro (políticas e recursos) interagem com fatores micro (escola, professorado, comunidade) na produção de oportunidades educativas.

A perspectiva teórica incorpora entendimentos críticos sobre currículo como prática social e política, destacando que o currículo oficial (BNCC) é simultaneamente um orientador de intenções e um objeto sujeito a negociações locais. Estudos sobre políticas curriculares mostram que a implementação de orientações normativas requer tradução

didática, materiais e formação que permitam a adaptação ao contexto sociocultural dos estudantes; por isso, a análise privilegia pesquisas que documentam processos de mediação curricular e a construção de práticas pedagógicas contextualizadas que contribuam para a integralidade formativa.

Ao relacionar teoria e método, o capítulo enfatiza a centralidade da articulação entre evidências empíricas e construção conceitual para sustentar recomendações políticas. A revisão qualitativa orienta-se por critérios de validade interpretativa e triangulação documental, buscando evidências que expliquem tanto avanços (ampliação de acesso, inclusão de competências socioemocionais na BNCC) quanto entraves (desigualdades regionais, insuficiência de recursos, lacunas na formação docente). A organização analítica aqui apresentada constitui a base para os capítulos seguintes, nos quais se sistematizarão resultados e propostas de políticas mais articuladas e sensíveis às demandas da formação integral.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. A educação é um ato político e não há pedagogia neutra. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção, em diálogo com os sujeitos históricos do processo educativo (FREIRE, 1996; 2000, p. 25; 2000, p. 31).

A análise das políticas públicas educacionais exige considerar a educação como direito social e como dever do Estado, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e detalhado pela LDB, que organiza os princípios, finalidades e responsabilidades dos sistemas de ensino. Essa base legal é fundamental para compreender que a formação integral não constitui apenas uma orientação pedagógica, mas uma exigência vinculada à garantia de condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem. Nessa direção, a literatura educacional evidencia que políticas bem formuladas precisam ser acompanhadas de mecanismos de implementação capazes de reduzir assimetrias históricas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

A formação integral, no âmbito da Educação Básica, pressupõe uma concepção ampliada de educação, voltada ao desenvolvimento intelectual, ético, cultural, social e afetivo dos estudantes. Essa perspectiva encontra respaldo em estudos que superam a ideia de escolarização restrita ao domínio de conteúdos, defendendo uma educação comprometida com a constituição do sujeito em sua totalidade. Nesse sentido, a BNCC contribui ao indicar competências gerais que articulam conhecimento, argumentação, empatia, responsabilidade e projeto de vida, embora sua materialização dependa da realidade concreta das redes de ensino e da capacidade institucional de cada sistema educacional.

A literatura sobre currículo destaca que a organização dos conhecimentos escolares não é neutra, pois envolve disputas de sentido, seleção cultural e definição de prioridades formativas. Sacristán compreende o currículo como prática social, enquanto Bernstein evidencia que a distribuição do conhecimento escolar reflete relações de poder e hierarquização cultural. Sob essa ótica, as políticas curriculares voltadas à formação integral precisam ser analisadas não apenas em seus textos oficiais, mas também em seus modos de circulação, apropriação e recontextualização no cotidiano das escolas. Isso

permite compreender por que determinadas diretrizes avançam no plano normativo, mas encontram limites na execução pedagógica.

A atuação docente ocupa lugar central na efetivação das políticas educacionais, uma vez que são os professores que reinterpretem e concretizam, na sala de aula, os princípios previstos nos documentos oficiais. Tardif argumenta que os saberes docentes são plurais e resultam da articulação entre formação acadêmica, experiência profissional e saberes da prática, o que reforça a necessidade de políticas de formação inicial e continuada mais consistentes. Em contextos que demandam educação integral, o trabalho docente exige domínio de conteúdos, sensibilidade pedagógica, capacidade de mediação e abertura para abordagens interdisciplinares, aspectos que dependem também de valorização profissional e condições adequadas de trabalho.

As políticas públicas voltadas à formação integral ganham maior consistência quando articuladas a processos de gestão democrática e participação social. A Constituição de 1988 e a LDB reconhecem a importância da gestão democrática do ensino público, princípio que amplia a corresponsabilização entre Estado, escola e comunidade. Estudos sobre participação democrática indicam que a presença efetiva de conselhos, fóruns e instâncias colegiadas contribui para o fortalecimento dos projetos pedagógicos e para a construção de respostas mais contextualizadas às necessidades locais. Essa dimensão participativa é decisiva para que a escola se configure como espaço de formação cidadã e não apenas de transmissão de conteúdos.

O financiamento educacional constitui outro eixo indispensável para compreender a viabilidade das políticas de formação integral. Pesquisas sobre a distribuição de recursos no Brasil mostram que desigualdades históricas entre regiões, redes e etapas de ensino impactam diretamente a qualidade das condições de oferta escolar. A implementação de projetos que ampliem o tempo, os espaços e as experiências educativas requer investimento contínuo em infraestrutura, alimentação escolar, materiais pedagógicos, transporte e formação docente. A insuficiência financeira compromete a organicidade das políticas e dificulta a consolidação de propostas que visem ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

A avaliação das políticas educacionais precisa ultrapassar métricas restritas de desempenho e incorporar dimensões formativas, institucionais e sociais. Patton e outros pesquisadores da avaliação destacam que políticas públicas devem ser analisadas tanto por seus resultados quanto por seus processos de implementação, considerando a complexidade das práticas sociais envolvidas. No campo da educação, isso significa observar não apenas índices de rendimento, mas também engajamento estudantil, clima escolar, permanência, inclusão e ampliação das oportunidades de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação se converte em ferramenta de reflexão crítica e de reorientação das ações públicas.

A relação entre educação, inclusão e equidade se mostra central quando se analisa a realidade da Educação Básica brasileira. Embora os marcos legais afirmem o direito universal à educação, a concretização desse direito ainda é atravessada por desigualdades socioeconômicas, raciais, territoriais e de acesso às condições escolares. Autores que estudam justiça educacional ressaltam que políticas de caráter universal precisam ser acompanhadas de estratégias compensatórias e de ações focalizadas, capazes de atender grupos historicamente vulnerabilizados. A formação integral, nesse contexto, não pode ser compreendida de maneira abstrata, pois depende da superação concreta de barreiras que limitam o direito de aprender.

A perspectiva da educação integral também dialoga com contribuições de Paulo Freire, ao considerar que a formação humana requer diálogo, problematização e participação ativa dos sujeitos no processo educativo. Em vez de uma pedagogia centrada na repetição mecânica, a educação comprometida com a integralidade valoriza a leitura crítica do mundo, a autonomia e a consciência histórica. Esse horizonte teórico reforça a compreensão de que políticas públicas educacionais devem favorecer práticas pedagógicas emancipadoras, capazes de articular conhecimento escolar e realidade social, favorecendo aprendizagens significativas e socialmente referenciadas.

A articulação entre teoria e método sustenta a análise desenvolvida neste estudo, na medida em que a revisão bibliográfica permite reunir, sistematizar e interpretar evidências sobre avanços, desafios e perspectivas das políticas educacionais voltadas à formação integral. A leitura crítica de documentos legais e de produções científicas possibilita identificar convergências entre o discurso normativo e as discussões acadêmicas, ao mesmo tempo em que evidencia tensões entre o que está prescrito e o que se realiza nas escolas. Esse movimento analítico contribui para fundamentar a compreensão de que a formação integral depende de políticas contínuas, integradas e socialmente comprometidas.

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 30-31).

A discussão acerca das políticas educacionais brasileiras não pode ser dissociada das transformações ocorridas no Estado contemporâneo e das reformas administrativas implementadas a partir da década de 1990. Nesse contexto, a educação passou a ocupar posição estratégica nas agendas governamentais, assumindo papel central na promoção do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Conforme assinala Azevedo (2004), as políticas públicas educacionais constituem ações intencionais do Estado destinadas à organização dos sistemas de ensino, refletindo interesses políticos, econômicos e sociais presentes em determinado contexto histórico. Nessa perspectiva, compreender as políticas educacionais implica reconhecer que elas extrapolam o campo normativo, materializando-se em processos complexos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Como afirma Saviani (2013), a educação pública brasileira sempre esteve condicionada às disputas entre diferentes projetos de sociedade, tornando imprescindível analisar as políticas sob uma perspectiva histórica e crítica.

A consolidação do direito à educação no Brasil representa uma conquista histórica vinculada aos movimentos democráticos e às lutas sociais pela universalização do ensino. A Constituição Federal de 1988 redefiniu a educação como direito subjetivo público, atribuindo ao Estado o dever de garantir acesso, permanência, qualidade e igualdade de oportunidades. Entretanto, a existência de dispositivos legais não assegura, por si só, a efetividade desse direito. Conforme observa Cury (2008), a democratização do acesso deve ser acompanhada da democratização das condições de aprendizagem, sob pena de perpetuar desigualdades educacionais historicamente construídas. Dessa maneira, as políticas públicas precisam ser concebidas de forma articulada, contemplando

financiamento adequado, valorização docente, infraestrutura escolar e mecanismos permanentes de acompanhamento das ações implementadas.

A descentralização administrativa promovida pela Constituição de 1988 fortaleceu o regime de colaboração entre União, estados e municípios, redefinindo competências e responsabilidades na gestão educacional. Todavia, essa descentralização revelou importantes desafios relacionados às desigualdades regionais, às capacidades institucionais e à distribuição dos recursos públicos. Para Dourado (2007), o federalismo educacional brasileiro caracteriza-se por elevada heterogeneidade, exigindo mecanismos cooperativos capazes de reduzir assimetrias históricas entre os diferentes entes federativos. Nesse cenário, políticas redistributivas, como os fundos de financiamento da educação básica, assumem papel estratégico na promoção da equidade, embora ainda persistam disparidades significativas entre redes de ensino e contextos territoriais distintos.

Outro aspecto relevante refere-se à governança educacional, entendida como o conjunto de mecanismos institucionais que articulam planejamento, execução e controle das políticas públicas. Segundo Ball (2001), as políticas educacionais contemporâneas são produzidas em múltiplos contextos de influência, envolvendo organismos internacionais, governos, universidades, movimentos sociais e instituições privadas. Essa multiplicidade de atores evidencia que a política não constitui um produto acabado, mas um processo contínuo de negociação, interpretação e recontextualização. Em consequência, a implementação das políticas nas escolas sofre adaptações decorrentes das especificidades locais, das condições de trabalho dos profissionais e das características socioculturais das comunidades escolares.

A influência dos organismos multilaterais sobre as políticas educacionais também merece destaque na literatura especializada. Instituições como UNESCO, Banco Mundial e OCDE passaram a exercer significativa influência na definição de agendas voltadas à qualidade da educação, avaliação em larga escala e desenvolvimento de competências para o século XXI. Conforme destaca Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), tais organismos difundem orientações que frequentemente orientam reformas curriculares e modelos de gestão educacional em diversos países. Embora muitas dessas recomendações contribuam para ampliar debates sobre qualidade e equidade, diversos autores alertam para o risco da padronização de políticas desconsiderar especificidades culturais, sociais e econômicas dos sistemas nacionais de ensino.

No âmbito curricular, a Base Nacional Comum Curricular representa um dos mais importantes marcos recentes da política educacional brasileira. Sua elaboração buscou estabelecer direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes da Educação Básica, respeitando a diversidade regional e cultural do país. Entretanto, conforme argumenta Sacristán (2013), nenhum currículo pode ser compreendido apenas como documento prescritivo, uma vez que sua efetivação depende dos processos de interpretação realizados pelos professores e pelas instituições escolares. Assim, a implementação curricular envolve mediações pedagógicas complexas que exigem formação docente consistente, autonomia profissional e condições institucionais favoráveis ao desenvolvimento das práticas educativas.

A valorização dos profissionais da educação constitui elemento indispensável para o sucesso das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. A literatura demonstra que sistemas educacionais com melhores indicadores investem continuamente na formação inicial, na formação continuada, na carreira docente e nas condições de trabalho dos professores. Para Tardif (2014), os saberes docentes são

construídos ao longo da trajetória profissional e resultam da articulação entre conhecimentos científicos, experiências pedagógicas e contextos institucionais. Nessa direção, políticas de valorização profissional não podem restringir-se à remuneração, devendo contemplar oportunidades permanentes de desenvolvimento profissional, infraestrutura adequada e participação ativa dos docentes na construção das decisões pedagógicas.

A avaliação das políticas educacionais configura-se como instrumento essencial para o aperfeiçoamento da gestão pública e para a promoção da qualidade social da educação. Contudo, a predominância de avaliações padronizadas centradas exclusivamente em indicadores quantitativos tem sido objeto de críticas por parte da comunidade acadêmica. Luckesi (2018) argumenta que a avaliação deve assumir caráter diagnóstico, formativo e emancipatório, contribuindo para a melhoria dos processos educativos e não apenas para a classificação de estudantes e escolas. Sob essa perspectiva, políticas de avaliação precisam incorporar dimensões relacionadas ao desenvolvimento humano, à inclusão, à participação democrática e ao fortalecimento das aprendizagens significativas.

A busca pela equidade educacional permanece como um dos maiores desafios das políticas públicas brasileiras. Apesar da ampliação do acesso à escola nas últimas décadas, persistem profundas desigualdades relacionadas às condições socioeconômicas, às diferenças étnico-raciais, às disparidades regionais e às necessidades específicas de grupos historicamente excluídos. Conforme enfatiza Dubet (2008), igualdade de oportunidades não significa tratar todos de maneira idêntica, mas oferecer condições diferenciadas capazes de compensar desigualdades previamente existentes. Nessa perspectiva, políticas educacionais comprometidas com a justiça social devem combinar ações universais e estratégias focalizadas, garantindo que todos os estudantes tenham condições reais de desenvolver plenamente suas potencialidades.

Finalmente, a compreensão das políticas educacionais requer uma abordagem sistêmica capaz de integrar aspectos legais, curriculares, pedagógicos, financeiros, administrativos e socioculturais. A efetividade das ações governamentais depende da articulação entre planejamento, financiamento, gestão democrática, formação docente, avaliação e participação social, constituindo um processo dinâmico e permanentemente influenciado pelas transformações da sociedade. Como afirma Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Essa concepção reforça a necessidade de políticas públicas comprometidas não apenas com a ampliação do acesso à escola, mas, sobretudo, com a garantia de uma educação pública democrática, inclusiva, crítica e socialmente referenciada, capaz de promover a formação integral dos sujeitos e contribuir para a consolidação da cidadania.

Resultados e discussão

A análise da literatura evidencia que as políticas públicas educacionais brasileiras evoluíram significativamente nas últimas décadas, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco jurídico responsável por consolidar a educação como direito social e dever do Estado. A revisão dos estudos demonstra consenso entre diferentes pesquisadores ao reconhecerem que a institucionalização desse direito promoveu importantes avanços no acesso e na permanência dos estudantes na Educação Básica. Entretanto, os resultados também indicam que a expansão quantitativa não foi acompanhada, de maneira uniforme, pela melhoria da qualidade da educação ofertada.

Conforme destaca Saviani (2013), a democratização do ensino não pode limitar-se à universalização das matrículas, devendo assegurar condições efetivas para que todos os estudantes aprendam. Nesse sentido, observa-se que as políticas educacionais brasileiras apresentam avanços normativos relevantes, embora permaneçam desafios estruturais relacionados à equidade, ao financiamento e à implementação das diretrizes educacionais.

Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a efetividade das políticas públicas depende menos da existência dos dispositivos legais e mais da capacidade dos sistemas educacionais de implementá-los de maneira articulada. Embora a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação estabeleçam metas consistentes para a garantia do direito à educação, sua concretização encontra obstáculos decorrentes das desigualdades socioeconômicas e das diferenças administrativas entre os entes federativos. Dourado (2007) afirma que as políticas educacionais somente alcançam seus objetivos quando acompanhadas de planejamento, monitoramento e mecanismos permanentes de cooperação entre União, estados e municípios. Os resultados da revisão bibliográfica confirmam essa perspectiva ao evidenciarem que redes com maior capacidade administrativa tendem a apresentar melhores indicadores educacionais.

Outro aspecto recorrente identificado nas pesquisas refere-se à compreensão da formação integral como princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas. A BNCC amplia a noção tradicional de aprendizagem ao incorporar competências relacionadas à cidadania, ao pensamento crítico, à comunicação, à responsabilidade social e ao projeto de vida. Todavia, a literatura demonstra que essa concepção ainda enfrenta dificuldades para ser efetivamente incorporada às práticas pedagógicas. Conforme argumenta Sacristán (2013), o currículo prescrito constitui apenas uma referência inicial, sendo continuamente reinterpretado pelos sujeitos envolvidos na prática educativa. Assim, verifica-se que a implementação da formação integral depende da articulação entre políticas curriculares, formação docente, gestão escolar e disponibilidade de recursos pedagógicos.

A revisão bibliográfica também evidencia que a implementação das políticas públicas ocorre de maneira heterogênea nos diferentes contextos brasileiros. Estudos realizados em distintas regiões do país apontam que fatores econômicos, culturais e institucionais influenciam diretamente os resultados alcançados pelas redes de ensino. Ball (2001) explica que toda política percorre diferentes contextos de produção, interpretação e prática, sofrendo adaptações conforme as especificidades locais. Os resultados encontrados confirmam essa compreensão ao revelar que uma mesma política pode produzir impactos distintos em municípios diferentes, dependendo das capacidades técnicas da gestão, da infraestrutura disponível e da formação dos profissionais responsáveis por sua execução.

No que se refere ao financiamento da educação, observa-se ampla convergência entre os estudos revisados ao reconhecerem que os recursos financeiros constituem condição indispensável para a efetividade das políticas educacionais. A ampliação da jornada escolar, a implementação de programas de educação integral, a melhoria da infraestrutura física e tecnológica e a valorização dos profissionais da educação exigem investimentos contínuos e sustentáveis. Conforme assinala Pinto (2018), a insuficiência de financiamento compromete diretamente a qualidade da oferta educacional e amplia desigualdades entre redes públicas. Os resultados encontrados reforçam que políticas

curriculares inovadoras dificilmente alcançam seus objetivos quando não acompanhadas de investimentos compatíveis com as demandas institucionais.

A formação dos professores emerge como um dos fatores mais recorrentes na literatura analisada para explicar o sucesso ou o fracasso das políticas públicas educacionais. Os estudos indicam que a qualidade das práticas pedagógicas está diretamente relacionada às oportunidades de formação inicial e continuada oferecidas aos docentes. Para Tardif (2014), os saberes profissionais constituem um conjunto plural de conhecimentos construídos ao longo da experiência docente, articulando teoria, prática e contexto escolar. Os resultados desta revisão corroboram essa perspectiva ao demonstrarem que políticas de formação permanente favorecem maior apropriação das diretrizes curriculares e ampliam as possibilidades de implementação da educação integral nas escolas públicas.

Outro resultado relevante refere-se à importância da gestão democrática para o fortalecimento das políticas educacionais. As pesquisas evidenciam que escolas com maior participação da comunidade escolar apresentam maior capacidade de adaptação às necessidades locais e melhores condições para implementar projetos pedagógicos inovadores. A literatura destaca que conselhos escolares, fóruns educacionais e processos participativos fortalecem a corresponsabilização entre gestores, professores, estudantes e famílias. Conforme Cury (2008), a gestão democrática representa princípio estruturante da educação pública brasileira e constitui elemento fundamental para a construção de sistemas educacionais comprometidos com a cidadania e a justiça social.

Os resultados também demonstram que a avaliação educacional precisa ser compreendida para além da mensuração do desempenho em testes padronizados. Embora indicadores nacionais desempenhem papel importante no monitoramento das políticas públicas, a literatura aponta limitações quando tais instrumentos passam a orientar, de maneira exclusiva, a definição da qualidade da educação. Luckesi (2018) defende que a avaliação deve possuir caráter diagnóstico e formativo, contribuindo para a melhoria dos processos educativos e não apenas para a classificação das escolas. Nesse contexto, observa-se crescente defesa de modelos avaliativos capazes de integrar aspectos cognitivos, sociais, culturais e emocionais do desenvolvimento dos estudantes.

A análise dos estudos evidencia ainda que a promoção da equidade permanece como um dos maiores desafios das políticas públicas educacionais brasileiras. Apesar da ampliação do acesso à escola, persistem diferenças significativas relacionadas ao desempenho acadêmico entre estudantes de distintas condições socioeconômicas, grupos étnico-raciais e regiões do país. Dubet (2008) argumenta que políticas educacionais comprometidas com a justiça social devem combinar igualdade de direitos com ações diferenciadas voltadas aos grupos historicamente vulnerabilizados. Os resultados encontrados corroboram essa compreensão ao indicarem que programas universais precisam ser acompanhados por estratégias específicas destinadas à redução das desigualdades educacionais.

De modo geral, a revisão bibliográfica permite concluir que as políticas públicas educacionais brasileiras apresentam importantes avanços no campo normativo, especialmente no reconhecimento da educação como direito social e na incorporação da formação integral como princípio das ações governamentais. Contudo, os estudos analisados demonstram que a distância entre a formulação das políticas e sua implementação permanece como um dos principais desafios para a consolidação de uma educação pública de qualidade social. Como afirma Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua

construção", compreensão que reforça a necessidade de políticas públicas articuladas, democráticas e continuamente avaliadas, capazes de transformar os princípios legais em práticas efetivas no cotidiano das escolas.

A literatura examinada demonstra que as políticas voltadas à educação inclusiva passaram a ocupar posição estratégica na agenda educacional brasileira, sobretudo após a ampliação dos marcos legais que asseguram o direito à escolarização de todos os estudantes. Os estudos analisados evidenciam que a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial, exigindo transformações estruturais nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização das escolas. Mantoan (2015) argumenta que uma escola inclusiva pressupõe mudanças profundas na cultura institucional, rompendo com modelos seletivos e excludentes historicamente consolidados. Os resultados encontrados confirmam que políticas inclusivas produzem efeitos mais consistentes quando articuladas à formação continuada dos professores, ao atendimento educacional especializado e à oferta de recursos pedagógicos acessíveis, favorecendo a construção de ambientes educativos comprometidos com a diversidade humana.

A análise dos estudos também evidencia que a valorização das competências socioemocionais representa uma tendência crescente nas políticas curriculares contemporâneas. A Base Nacional Comum Curricular amplia a compreensão do processo educativo ao reconhecer que o desenvolvimento cognitivo deve ocorrer simultaneamente ao fortalecimento da empatia, da autonomia, da responsabilidade, da cooperação e da capacidade de resolução de problemas. Entretanto, a literatura aponta que a incorporação dessas competências nas práticas escolares ainda ocorre de maneira desigual entre as redes de ensino. Conforme observa Libâneo (2021), a formação integral exige que a escola articule conhecimentos científicos, desenvolvimento ético e compromisso social, superando perspectivas reducionistas centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos. Os resultados da revisão indicam que a efetividade dessa proposta depende diretamente da reorganização curricular e da formação dos profissionais da educação.

Outro aspecto recorrente nas pesquisas refere-se à influência das condições estruturais das escolas sobre a implementação das políticas públicas. Os estudos revelam que infraestrutura adequada, disponibilidade de materiais didáticos, recursos tecnológicos, bibliotecas, laboratórios e espaços de convivência constituem fatores determinantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. Em diversas investigações, verificou-se que escolas localizadas em regiões socialmente vulneráveis enfrentam limitações significativas relacionadas à manutenção dos espaços físicos e à insuficiência de equipamentos, comprometendo a efetividade das ações previstas pelas políticas educacionais. Para Pinto (2018), a qualidade da educação depende não apenas das propostas pedagógicas, mas também das condições objetivas oferecidas para seu desenvolvimento, evidenciando a necessidade de investimentos permanentes por parte do poder público.

Os resultados da revisão bibliográfica evidenciam igualmente que a participação da comunidade escolar fortalece significativamente a implementação das políticas educacionais. Conselhos escolares atuantes, associações de pais, grêmios estudantis e fóruns locais contribuem para ampliar a legitimidade das decisões pedagógicas e administrativas, aproximando a escola das demandas sociais do território onde está inserida. Paro (2016) sustenta que a gestão democrática não se resume à descentralização administrativa, mas constitui processo permanente de construção coletiva das decisões educacionais. As pesquisas analisadas corroboram essa compreensão ao demonstrarem

que instituições escolares com maior participação social tendem a desenvolver projetos pedagógicos mais contextualizados, favorecendo melhores indicadores de permanência, aprendizagem e participação estudantil.

As evidências encontradas apontam ainda que a implementação das políticas educacionais enfrenta desafios decorrentes da descontinuidade administrativa e das frequentes mudanças de orientação governamental. Em muitos estudos, observa-se que programas educacionais são interrompidos antes da consolidação de seus resultados, dificultando processos de avaliação e comprometendo a continuidade das ações planejadas. Segundo Azevedo (2004), políticas públicas educacionais demandam estabilidade institucional e planejamento de longo prazo, uma vez que seus efeitos se manifestam progressivamente. Os resultados desta revisão reforçam essa perspectiva ao indicar que iniciativas bem estruturadas tendem a produzir impactos mais consistentes quando preservadas independentemente das alternâncias político-administrativas.

A influência dos organismos internacionais sobre a formulação das políticas públicas brasileiras constitui outro resultado amplamente identificado na literatura. Organizações como UNESCO, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico passaram a exercer papel relevante na difusão de diretrizes relacionadas à avaliação, à gestão por resultados e ao desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI. Shiroma, Moraes e Evangelista (2011) destacam que essas recomendações internacionais dialogam com tendências globais de modernização dos sistemas educacionais, embora sua incorporação deva considerar as especificidades históricas e culturais de cada país. Os estudos analisados demonstram que a adoção de modelos internacionais produz resultados mais positivos quando ocorre mediante processos de adaptação às realidades locais, evitando simples transposição de experiências externas.

Os dados analisados também evidenciam que as políticas curriculares contemporâneas vêm atribuindo crescente importância à interdisciplinaridade e à contextualização dos conhecimentos escolares. A literatura demonstra que abordagens interdisciplinares favorecem aprendizagens mais significativas ao aproximarem os conteúdos escolares das experiências sociais vivenciadas pelos estudantes. Para Morin (2000), o pensamento complexo exige superar a fragmentação disciplinar, permitindo compreender os fenômenos educacionais em sua multidimensionalidade. Os resultados desta revisão confirmam que propostas curriculares fundamentadas na integração dos saberes tendem a contribuir para o desenvolvimento da formação integral, desde que acompanhadas por processos permanentes de planejamento coletivo e formação pedagógica.

Outro resultado recorrente refere-se ao fortalecimento da governança educacional como estratégia para ampliar a eficiência das políticas públicas. Os estudos indicam que sistemas de ensino que articulam planejamento estratégico, monitoramento de indicadores, avaliação contínua e participação dos diferentes atores institucionais apresentam maior capacidade de responder aos desafios educacionais contemporâneos. Dourado (2007) ressalta que a governança democrática pressupõe cooperação entre os diversos níveis administrativos, favorecendo maior integração entre políticas nacionais e necessidades locais. As pesquisas analisadas corroboram essa compreensão ao evidenciarem que a coordenação institucional constitui elemento decisivo para reduzir desigualdades e ampliar a qualidade da oferta educacional.

No conjunto das investigações revisadas, observa-se consenso quanto à necessidade de aperfeiçoar os processos de monitoramento e avaliação das políticas

públicas educacionais. Os autores destacam que avaliações contínuas permitem identificar limitações, corrigir distorções e redirecionar estratégias de implementação, contribuindo para maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Patton (2008) defende que a avaliação deve produzir conhecimento útil para a tomada de decisões, articulando evidências quantitativas e qualitativas capazes de explicar não apenas os resultados obtidos, mas também os processos que os produziram. Os resultados desta revisão confirmam que sistemas educacionais que incorporam práticas sistemáticas de monitoramento tendem a desenvolver políticas mais consistentes e responsivas às necessidades da população escolar.

De maneira geral, as evidências identificadas nesta revisão bibliográfica demonstram que a efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre diferentes dimensões institucionais, pedagógicas, administrativas e sociais. A literatura converge ao afirmar que avanços legais, embora fundamentais, não são suficientes para assegurar melhorias concretas na qualidade da educação pública. A implementação bem-sucedida das políticas requer financiamento adequado, valorização docente, gestão democrática, currículo contextualizado, avaliação formativa e compromisso permanente com a equidade educacional. Como assinala Saviani (2013), a educação constitui prática social historicamente situada e, por isso, suas políticas precisam responder às demandas concretas da sociedade, promovendo não apenas acesso à escola, mas condições efetivas para o desenvolvimento integral e emancipatório dos sujeitos.

As pesquisas nacionais analisadas revelam que a expansão do acesso à Educação Básica constitui um dos principais avanços das políticas públicas implementadas nas últimas décadas. Entretanto, os estudos demonstram que a universalização das matrículas não foi acompanhada, em igual proporção, pela redução das desigualdades relacionadas ao desempenho escolar e às condições de aprendizagem. Diversos autores apontam que indicadores de rendimento ainda refletem diferenças socioeconômicas, territoriais e culturais que interferem diretamente na permanência e no sucesso dos estudantes. Conforme observa Cury (2008), o direito à educação somente se concretiza quando o acesso é acompanhado pela garantia de qualidade, permanência e aprendizagem significativa. Os resultados da literatura confirmam que políticas voltadas exclusivamente para a ampliação do acesso tornam-se insuficientes quando desconsideram fatores estruturais que condicionam o processo educativo.

Ao analisar experiências internacionais, observa-se que países que alcançaram elevados níveis de qualidade educacional investiram de maneira consistente na valorização dos profissionais da educação, na autonomia das escolas e na construção de sistemas permanentes de avaliação e acompanhamento das políticas públicas. Embora os contextos sociais sejam distintos, a literatura evidencia elementos comuns relacionados ao fortalecimento da formação docente, ao planejamento de longo prazo e à estabilidade das políticas educacionais. Fullan (2009) argumenta que mudanças sustentáveis na educação dependem da construção de capacidades institucionais capazes de promover aprendizagem organizacional contínua. Os estudos comparativos examinados nesta revisão corroboram essa perspectiva ao demonstrar que reformas educacionais bem-sucedidas priorizam processos colaborativos em detrimento de mudanças exclusivamente normativas.

Os resultados também evidenciam importantes lacunas na produção científica sobre políticas educacionais voltadas à formação integral. Apesar do crescimento das pesquisas relacionadas à implementação da BNCC e das políticas curriculares recentes, ainda são reduzidos os estudos longitudinais capazes de avaliar os impactos dessas

iniciativas ao longo do tempo. A literatura analisada concentra-se predominantemente em diagnósticos de implementação, existindo menor quantidade de investigações que acompanhem os efeitos das políticas sobre o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa lacuna metodológica reforça a necessidade de pesquisas futuras que integrem abordagens quantitativas e qualitativas, ampliando a compreensão sobre os fatores que favorecem ou limitam a efetividade das ações governamentais no campo educacional.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de fortalecer mecanismos de articulação entre universidades, sistemas de ensino e escolas públicas. Diversos estudos apontam que a aproximação entre pesquisa acadêmica e prática pedagógica favorece processos mais consistentes de inovação educacional e aperfeiçoamento das políticas públicas. Nóvoa (2019) defende que a formação dos professores deve ocorrer em estreita relação com a realidade das escolas, permitindo que conhecimentos científicos dialoguem continuamente com os desafios concretos da prática docente. Os resultados desta revisão demonstram que programas de cooperação entre instituições de ensino superior e redes públicas contribuem significativamente para a qualificação profissional, para a produção de conhecimento aplicado e para o fortalecimento da gestão educacional.

As evidências reunidas também indicam que a inovação pedagógica constitui elemento estratégico para o alcance dos objetivos previstos nas políticas educacionais contemporâneas. Entretanto, a literatura ressalta que inovação não deve ser compreendida apenas como incorporação de tecnologias digitais, mas como transformação das metodologias de ensino, das formas de avaliação e das relações estabelecidas entre professores e estudantes. Moran (2018) destaca que práticas pedagógicas inovadoras exigem planejamento, formação docente e reorganização curricular, favorecendo aprendizagens mais participativas e contextualizadas. As pesquisas analisadas confirmam que escolas que desenvolvem práticas colaborativas e metodologias ativas tendem a apresentar maior engajamento estudantil e melhores resultados educacionais.

A revisão bibliográfica evidencia ainda que a consolidação de políticas voltadas à formação integral requer uma compreensão ampliada do papel social da escola. Os estudos analisados demonstram que a instituição escolar ultrapassa a função tradicional de transmissão de conhecimentos, assumindo responsabilidades relacionadas à formação ética, cidadã, cultural e socioemocional dos estudantes. Para Freire (1996), educar significa promover condições para que os sujeitos desenvolvam consciência crítica acerca da realidade em que vivem, tornando-se capazes de transformá-la. Os resultados encontrados reforçam essa concepção ao evidenciarem que políticas comprometidas com a formação integral favorecem práticas educativas voltadas ao protagonismo estudantil, à participação democrática e à construção da cidadania.

Outro resultado recorrente diz respeito à necessidade de fortalecer a continuidade das políticas públicas educacionais independentemente das mudanças de governo. Diversos autores ressaltam que programas interrompidos prematuramente comprometem investimentos realizados, dificultam processos de avaliação e reduzem a confiança das comunidades escolares nas ações institucionais. Segundo Saviani (2013), a educação constitui política de Estado e não apenas política de governo, exigindo planejamento contínuo e compromissos institucionais duradouros. A literatura revisada demonstra que sistemas educacionais que preservam diretrizes estruturantes ao longo do tempo apresentam maiores possibilidades de consolidar melhorias permanentes nos indicadores de qualidade e equidade.

Os estudos examinados permitem afirmar que a construção de políticas educacionais socialmente referenciadas depende da permanente interlocução entre diferentes atores envolvidos na formulação e implementação das ações públicas. Gestores, professores, pesquisadores, estudantes, famílias e sociedade civil desempenham papéis complementares na consolidação de práticas educacionais democráticas e inclusivas. Paro (2016) argumenta que a participação coletiva amplia a legitimidade das decisões e fortalece o compromisso social com a educação pública. Os resultados desta revisão corroboram essa perspectiva ao evidenciarem que políticas construídas de forma participativa apresentam maior aderência às necessidades locais e maior potencial de sustentabilidade institucional.

A análise crítica da literatura também demonstra que os desafios educacionais brasileiros exigem abordagens sistêmicas capazes de integrar diferentes dimensões da gestão pública. A superação das desigualdades educacionais depende da articulação entre financiamento adequado, valorização docente, planejamento curricular, infraestrutura escolar, gestão democrática, avaliação permanente e políticas de inclusão social. Libâneo (2021) ressalta que a qualidade da educação resulta da interação entre fatores pedagógicos, institucionais e sociais, não podendo ser atribuída a um único elemento isoladamente. As evidências identificadas nesta revisão confirmam essa compreensão ao apontarem que políticas fragmentadas tendem a produzir resultados limitados quando comparadas a estratégias integradas e articuladas.

Em síntese, os resultados e discussões apresentados evidenciam que as políticas educacionais brasileiras avançaram significativamente no plano legal e normativo, especialmente no fortalecimento do direito à educação, na valorização da formação integral e na ampliação das oportunidades de escolarização. Contudo, a literatura demonstra que permanecem desafios relacionados à implementação das políticas, à redução das desigualdades regionais, à valorização dos profissionais da educação, ao financiamento público e à consolidação de mecanismos permanentes de avaliação e monitoramento. A análise desenvolvida permite concluir que a efetividade das políticas públicas depende da articulação entre Estado, sistemas de ensino, escolas e sociedade, reforçando a necessidade de ações contínuas, integradas e fundamentadas em evidências científicas. Dessa forma, o conjunto dos estudos revisados sustenta a compreensão de que a promoção de uma educação pública democrática, inclusiva e de qualidade social permanece como condição indispensável para o desenvolvimento humano, a justiça social e o fortalecimento da cidadania no contexto brasileiro.

Considerações finais

A presente investigação permitiu compreender que as políticas públicas educacionais desempenham papel fundamental na consolidação do direito à educação e na promoção da formação integral dos estudantes da Educação Básica. A análise da literatura evidenciou que, embora o Brasil disponha de um conjunto consistente de marcos legais e normativos — representados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelo Plano Nacional de Educação e pela Base Nacional Comum Curricular —, a efetividade dessas políticas depende diretamente das condições concretas de implementação nos diferentes contextos educacionais. Nesse sentido, verificou-se que a existência de dispositivos legais constitui condição necessária, mas não suficiente, para assegurar a qualidade social da educação, exigindo investimentos permanentes em gestão, financiamento, formação docente e infraestrutura escolar.

Os resultados da revisão bibliográfica também demonstraram que a formação integral vem se consolidando como um dos principais referenciais das políticas educacionais contemporâneas. Entretanto, os estudos analisados revelam que sua concretização ainda encontra obstáculos relacionados às desigualdades regionais, à insuficiência de recursos financeiros, às limitações estruturais das escolas e às dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino na implementação das diretrizes curriculares. Assim, constatou-se que a promoção de uma educação comprometida com o desenvolvimento cognitivo, ético, cultural, social e socioemocional dos estudantes exige políticas públicas articuladas, contínuas e fundamentadas em processos democráticos de planejamento e gestão educacional.

Outro aspecto evidenciado ao longo da pesquisa refere-se à centralidade dos profissionais da educação na efetivação das políticas públicas. A literatura analisada reafirma que professores, gestores e demais profissionais constituem os principais agentes responsáveis pela tradução das diretrizes normativas em práticas pedagógicas concretas. Dessa forma, políticas voltadas à valorização docente, à formação inicial e continuada, às condições dignas de trabalho e ao fortalecimento da gestão democrática representam fatores indispensáveis para a melhoria da qualidade da educação pública. Da mesma maneira, verificou-se que a participação da comunidade escolar e o fortalecimento dos espaços colegiados favorecem processos decisórios mais participativos e sensíveis às demandas sociais.

As discussões desenvolvidas permitiram concluir, ainda, que a efetividade das políticas educacionais depende de uma visão sistêmica capaz de integrar currículo, financiamento, avaliação, governança, inclusão e equidade. Os estudos revisados demonstram que políticas fragmentadas tendem a produzir resultados limitados, enquanto estratégias articuladas apresentam maior potencial para reduzir desigualdades e ampliar as oportunidades educacionais. Nesse contexto, torna-se imprescindível fortalecer mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação das políticas públicas, utilizando evidências científicas para subsidiar decisões governamentais e promover aperfeiçoamentos contínuos nas ações implementadas pelos sistemas de ensino.

No campo científico, esta pesquisa contribui ao sistematizar e analisar criticamente produções acadêmicas e documentos oficiais relacionados às políticas públicas educacionais voltadas à formação integral. A investigação possibilitou identificar convergências, desafios e lacunas presentes na literatura, oferecendo subsídios teóricos que poderão fundamentar futuras pesquisas sobre implementação, avaliação e gestão das políticas educacionais. Recomenda-se que novos estudos ampliem essa discussão mediante pesquisas empíricas desenvolvidas em diferentes redes de ensino, permitindo compreender de forma mais aprofundada os impactos concretos das políticas públicas sobre o cotidiano escolar e sobre os processos de aprendizagem dos estudantes.

Por fim, conclui-se que a consolidação de uma educação pública democrática, inclusiva, equitativa e socialmente referenciada depende da continuidade das políticas educacionais como políticas de Estado, e não apenas como ações circunstanciais de governo. A construção de sistemas educacionais capazes de promover a formação integral requer compromisso político, cooperação federativa, participação social e investimento contínuo na valorização da escola pública. Nessa perspectiva, reafirma-se que as políticas públicas educacionais constituem instrumentos estratégicos para a redução das desigualdades sociais, para a formação cidadã e para o fortalecimento da democracia, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento humano e para a construção de uma

sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a garantia do direito à educação para todos.

Referências

- Azevedo, J. M. L. de. (2004). *A educação como política pública* (3ª ed.). Autores Associados.
- Ball, S. J. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 99–116.
- Bernstein, B. (1996). *A estruturação do discurso pedagógico: Classe, códigos e controle*. Vozes.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Base nacional comum curricular*. Ministério da Educação.
- Cury, C. R. J. (2008). *A educação básica como direito*. Autores Associados.
- Dourado, L. F. (2007). Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, 28(100), 921–946.
- Dubet, F. (2008). *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. Cortez.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (25ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. Editora UNESP.
- Fullan, M. (2009). *The challenge of change: Start school improvement now!* (2nd ed.). Corwin Press.
- Libâneo, J. C. (2021). *Didática* (3ª ed.). Cortez.
- Luckesi, C. C. (2018). *Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições* (22ª ed.). Cortez.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Summus.
- Moran, J. M. (2018). Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In L. Bacich & J. Moran (Orgs.), *Metodologias ativas para uma educação inovadora* (pp. 35–76). Penso.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2ª ed.). Cortez; UNESCO.
- Nóvoa, A. (2019). Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, 44(3), e84910.
- Paro, V. H. (2016). *Gestão democrática da escola pública* (4ª ed.). Cortez.
- Patton, M. Q. (2008). *Utilization-focused evaluation* (4th ed.). Sage Publications.
- Pinto, J. M. de R. (2018). Financiamento da educação básica no Brasil: Um balanço do Fundeb. *Educação & Sociedade*, 39(145), 846–869.
- Sacristán, J. G. (2013). *O currículo: Uma reflexão sobre a prática* (3ª ed.). Penso.
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil* (4ª ed.). Autores Associados.
- Shiroma, E. O., Moraes, M. C. M. de, & Evangelista, O. (2011). *Política educacional* (4ª ed.). Lamparina.
- Tardif, M. (2014). *Saberes docentes e formação profissional* (17ª ed.). Vozes.



UNESCO. (2016). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4*. UNESCO